



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**07/01/2017**

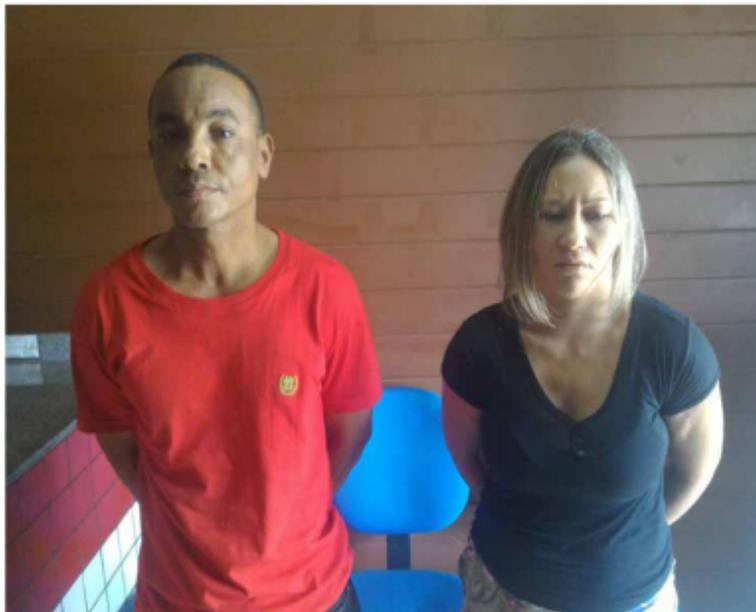
# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	3 - 5
2.2. DESEMBARGADOR.....	6 - 10
2.3. PARCERIAS.....	11 - 12
2.4. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	13 - 15
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	16
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. JUÍZES.....	17
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CORREIÇÕES.....	18

## Suspeitos da morte de professor são presos

A prisão foi decretada pela Juíza Ana Lucrecia. >> *Pág. 11*



# Pastor e esposa de professor assassinado são presos suspeitos do crime

*A prisão foi decretada pela Juíza Ana Lucrecia na manhã dessa sexta-feira (06)*

*Antônio Pinheiro*

**P**oliciais da Delegacia de Homicídios de Proteção a Pessoa (DHPP) prenderam na manhã de sexta-feira (06) o pastor Roberval Cerejo, 45 anos, apontado pela polícia como o principal suspeito do assassinato do professor Raimundo da Conceição Silva, crime ocorrido no período da manhã do último dia do ano de 2016, a viúva do professor, Rosa Santana da Silva 35 anos, também foi presa, suspeita de participação no crime. A prisão foi em cumprimento a dois Mandados de Prisões Temporárias (30 dias) decretada pela Juíza Ana Lucrecia.

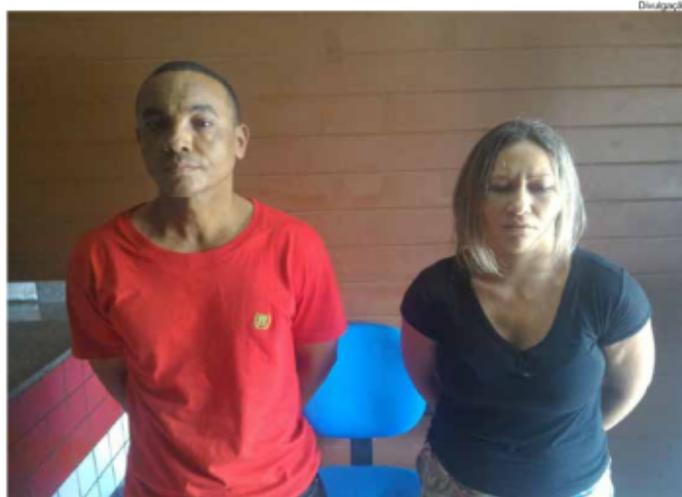
A operação que culminou com a prisão do pastor foi denominada "Falso Profeta", a equipe da Homicídios pegou as imagens de câmeras nas proximidades do local do crime, com essas imagens conseguiu chegar até o pastor. A polícia soube também que o professor Raimundo e o Pastor tiveram um desentendimento devido a vítima descobrir que Roberval estava há seis meses mantendo uma relação extraconjugal com sua esposa. Os dois casais chegaram

até a conversar e se acertaram, colocando o ponto final na situação.

De acordo com Delegado Regional Eduardo Galvão, no dia do crime, a esposa do professor e o pastor mantiveram contato. O vídeo que a polícia conseguiu do acusado fugindo do local do crime, foi mostrado para pessoas que conhecem o pastor, ninguém teve dúvida que era ele. No dia seguinte ao crime Cerejo viajou para Porto Franco.

A motivação do crime não está definida, há duas linhas de investigação, a primeira é que Roberval matou a vítima porque o professor teria ameaçado contar a relação extraconjugal aos superiores da Igreja que o Pastor dirigia, a outra é que a vítima tinha feito seguro de vida em nome da esposa.

No final da tarde de hoje a esposa do professor Raimundo, Rosa Santana, foi encaminhada para o Presídio de Davinópolis, onde ficará detida por trinta dias, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, ou transformada em Prisão Preventiva, o mesmo aconteceu com o Pastor que foi encaminhado para Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz- UPRI- 2.



Pastor e esposa do professor assassinado.

Divulgação/Blog do Guterres



Foto mostra uso da casa por candidato do PCdoB

# Prédio da Funac já foi comitê do PCdoB

Imóvel alugado pelo Governo do Estado na Aurora foi usado em 2014 pelo então candidato a deputado Julio Guterres, do PCdoB, e como depósito de material de campanha do partido. POLÍTICA 3 E CIDADES 3

De Jesus



Imóvel começou a ser pintado ontem

# Comunidade da Aurora segue mobilizada contra a Funac

Protestos contrários à unidade de ressocialização começaram na quarta-feira, dia 4, com interdições na principal via que corta o bairro; população se mantém indignada

A comunidade do bairro Aurora segue mobilizada em protesto contra a instalação da unidade de ressocialização da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), proposta pelo Governo do Maranhão, no bairro. De acordo com os moradores, os protestos em frente ao prédio onde já está funcionando a unidade seguirão até que seja revista a decisão do Poder Executivo Estadual.

Representantes do bairro estão desde quarta-feira, 4, com cartazes afixados nas portas de suas casas, com dizeres críticos ao Governo e questionando a instalação da unidade da Funac. Na tarde de sexta-feira, 6, para intensificar a mobilização, moradores instalaram tendas nos arredores do novo prédio. Eles também fecharam, com pedaços de madeira e pedras, a Rua Frei Hermenegildo, principal via que corta a Aurora.

Segundo os moradores, desde quarta-feira, 4, pelo menos sete internos haviam sido transferidos para a nova unidade. De acordo



De Jesus

Depois de um ano fechada, casa que abriga unidade da Funac recebe pintura no muro e reparos internos

com eles, os adolescentes infratores seriam do Centro de Juventude Canaã, no bairro Vinhais. Até o fechamento desta edição, o Governo do Estado não havia confirmado esta informação.

De acordo com o morador do

bairro Aurora e uma das lideranças do movimento de protesto contra a instalação da unidade de ressocialização, Raimundo Costa, a comunidade deve manter os protestos durante o fim de semana. “Não arredaremos o pé, diante desta medida sem sentido e sem o apoio da comunidade. É preciso lutar contra esta arbitrariedade”, disse.

Já o presidente da União dos Moradores da Aurora, Mário da Silva Lopes, disse que jamais pensou em lidar com a presença de uma

unidade da Funac no bairro em que reside. “A gente nunca pensou que fosse passar por uma situação como esta. Eu, que já moro aqui há tanto tempo, não pensei que teria um tormento deste, ainda mais no fim da vida”, disse.

### **Policimento**

Na sexta-feira, 6, o policiamento na entrada da unidade de ressociação da Aurora era feito com grande contingente.

Pelo menos 30 homens estavam nos arredores do prédio. O 9º Batalhão da Polícia Militar (BPM) é o responsável pela segurança na área. Nenhum confronto com a população foi registrado.

### **Pintura**

Do lado de fora, operários trabalhavam na pintura do muro principal da unidade. Na parte interna, segundo informações de funcionários do local, que não quiseram ser identificados, as obras de readequação do prédio prosseguiram normalmente.

Até o momento, o Governo do Maranhão não informou quem é o responsável pela reforma do prédio que abriga a nova unidade e não há nenhuma placa de reforma no local.

### **Encontro**

Uma das moradoras mais indignadas com a instalação da Funac na Aurora era a missionária Lilian Raquel Garcês. Ela informou a O Estado que, no dia 21 de dezembro

do ano passado, uma comissão de moradores se encontrou com o governador do Maranhão, Flávio Dino.

Na ocasião, o governador teria confirmado que pretendia instalar a nova unidade de ressociação no bairro. A assessoria do Governo do Maranhão não confirmou se houve, de fato, o encontro. Desde então, não houve novo encontro entre o Governo e a comunidade para tratar sobre o tema.

### **Decisão judicial**

Na quinta-feira, 5, a defesa da comunidade da Aurora protocolou uma Ação Civil Pública em que solicitava a revisão da decisão do Governo em instalar a unidade de ressociação no bairro Aurora. De acordo com a defesa, o local traz “claros riscos”, especialmente pela presença de adolescentes com passagens pela polícia.

Ainda segundo a defesa, a decisão sobre a permanência ou não da unidade no bairro deverá ser expedida na próxima segunda-feira, 9.

Até o fechamento desta edição, o Governo do Maranhão não se pronunciou sobre os apelos da comunidade que questiona a instalação da unidade de ressociação na Aurora. ●



# Roda Viva

## O Maranhão em 1917

Benedito Buzar [bbbuzar@hotmail.com](mailto:bbbuzar@hotmail.com)



**D**emograficamente o Maranhão, há 100 anos, não tinha um milhão de habitantes. Sua população girava em torno de 800 mil pessoas, irregularmente distribuída nos 63 municípios. São Luís, com 52.920 habitantes, seguido de Caxias, Cururupu, Codó e Viana, respectivamente, com 52.316, 28.190, 24.896, 23.931, eram as cidades mais populosas.

Em 1917, do ponto de vista econômico, o Maranhão não era o mesmo dos séculos XVIII e XIX, em que a sua elite social ostentava um padrão de vida semelhante a dos europeus, status perdido pela escassez de mão de obra resultante simultaneamente da abolição da escravatura e do declínio da lavoura do algodão.

Segundo o professor Jerônimo de Viveiros, “a

**Em 1917, do ponto de vista econômico, o Maranhão não era o mesmo dos séculos XVIII e XIX, em que a sua elite social ostentava um padrão de vida semelhante a dos europeus, status perdido pela escassez de mão de obra resultante simultaneamente da abolição da escravatura e do declínio da lavoura do algodão**

liberdade dos escravos e o advento da República, uma desorganizando o trabalho agrícola e outro criando novas obrigações para o Estado, determinaram no Maranhão uma tremenda crise econômica, que se prolongou por um quarto de século”.

Essa terrível situação altera-se com a deflagração da I Guerra Mundial (1914-1918), com os produtos primários, principalmente o algodão, que voltam a ter boa cotação no mercado internacional.

Em 1917, o Maranhão beneficia-se dessa circunstância bélica, ganha alma nova e a economia incrementa-se. Esse ciclo de revitalização, afirma Tribuzi, foi suficiente para reequilibrar as finanças empresariais e públicas, fazendo o Estado viver alguns anos de otimismo, com a instalação de

um parque industrial têxtil bem significativo.

Sob o aspecto político, indiscutivelmente, o Maranhão em 1917 não podia se envergonhar de sua representação no Executivo e no Legislativo, que tinham em seus quadros políticos intelectualizados e moralmente burilados. Como representantes do povo, participavam das lutas pelo poder com ardor e determinação, mas evitavam cair na vala comum da corrupção. Comparar Godofredo Viana, Luiz Domingues, Herculano Parga, Urbano Santos, Manoel Inácio Dias Vieira, Afonso Gefining de Matos, Clodomir Cardoso, Artur Colares Moreira, José Eusébio de Carvalho, José Barreto Costa Rodrigues e outros com os néscios que atualmente nos representam, é um exercício nada prazeroso.

### **Os nossos Governantes**

A figura humana e política que ocupava o cargo de governador do Estado do Maranhão em 1917 era o brilhante advogado Herculano Nina Parga. De acordo com o professor Mário Meireles, realizou um bom governo porque “soube tirar proveito das circunstâncias que no campo econômico sobrevieram da Primeira Guerra Mundial, sendo zelosamente honesto na aplicação dos dinheiros públicos, com vistas ao reequilíbrio das finanças estaduais.” Renunciou ao cargo em 3 de novembro, para concorrer às eleições de deputado federal, sendo substituído pelo vice-governador, Antônio Brício de Araújo.

Na sua gestão, fatos importantes vieram à tona. A 15 de março, a instalação na Rua do Trapiche, da primeira agência do Banco do Brasil em São Luís; a 1º de abril, a fundação da Liga Maranhense de Futebol, com a participação das agremiações Fabril Atlético Clube, Onze Maranhense, Esporte Clube Luso-Brasileiro, Bragança Esporte Clube e Santiago Futebol Clube. Sancionou leis de alta relevância, como a que criava o município de Axixá; isentou de impostos os interessados na instalação de fábricas de sal e na industrialização de peixes, mariscos e óleos em frigoríficos; autorizou a construção da estrada de ferro São Luís a São José de Ribamar. A propósito: o prefeito Luis Fernando Silva, bem que poderia agarrar essa proposta e reativá-la na sua gestão.

Um evento assaz relevante para São Luís: a 4 de outubro de 1917, a empresa Cinematográfica Maranhense inicia a construção do Cine-Teatro Eden, na Rua Oswaldo Cruz,

onde funcionava o Cine São Luís, destruído pelo fogo. O engenheiro italiano, Gaspare Connazoni construiu a obra e inaugurada com a exibição do filme Chispa de Fogo.

### **A nossa Representação Parlamentar**

O ano de 1917 não foi só de conquistas e sucessos. Flagelos também afloraram como as inclementes enchentes que transformaram nossos rios em mares de água doce, a devastar plantações, vilas e povoados. Os prejuízos causados pela cheia foram incalculáveis, preocupando as autoridades estaduais, que se juntaram para minorar o sofrimento das populações ribeirinhas. Nesse particular, o Governo solicitou ao Congresso Estadual (assim era chamada a Assembleia) autorização para contratar recursos, destinados às vítimas das enchentes dos rios Itapecuru e Mearim.

Um assunto muito debatido nas sessões legislativas de 1917: a concessão sem ônus às empresas estrangeiras de terras devolutas para fomentar a cultura de produtos agrícolas e criação de gado.

Deputados estaduais que atuaram na Assembleia Legislativa em 1917: Adolfo Medeiros, Afonso Geffining de Mattos, Albérico Dias da Silva, Alcebíades Silva, Antônio de Azevedo Goulart, Antônio Pereira Rego, Antônio Soares da Silva, Aristides Rios, Artur Leão e Silva, Euclides Maranhão, Francisco Lisboa Filho, Georgiano Gonçalves, Heráclito Nina, Inácio do Lago Parga, Jorge Amorim, José Barreto da Costa Rodrigues, José Carneiro de Freitas, José do Rego Medeiros, Jorge Ferreira Pinto, José Joaquim Marques, Libânio Lo-

bo, Luis do Lago Junior, Máximo Martins Ferreira, Nelson Serejo de Carvalho, Pedro Leão Viana, Saul Nina Rodrigues, Tarquínio Lopes Filho e Tucídides Barbosa.

O cargo de presidente do Congresso Legislativo, naquele ano, foi exercido pelo deputado Joaquim José Marques.

Na Câmara Federal, desempenhavam o mandato em 1917 os seguintes deputados: Henrique Maximiano Coelho Neto, Artur Quadros Colares Moreira, Francisco da Cunha Machado, João Dunshee de Abranches Moura, Luiz Antônio Domingues da Silva, Agripino Azevedo e Marcelino Rodrigues Machado. Uma representação parlamentar para ninguém botar defeito.

### **O Poder Judiciário em 1917**

As turbulências políticas, pipocadas com o advento da República, repercutiram sobremodo nas Constituições Federal e Estadual, que sofreram alterações de monta, com reflexos diretos no funcionamento do Poder Judiciário. No Maranhão, os magistrados começaram a vislumbrar melhores condições de trabalho e dispor de maior estabilidade funcional a partir de 1917, quando uma reforma judiciária modificou tudo quanto fora feito anteriormente. Quem contribuiu muito para isso foi o desembargador Lourenço Valente de Figueiredo, que, graças à sua competência e firmeza nas ações, manteve-se no cargo de presidente do Tribunal de 1913 a 1917.

### **A Cidade de São Luís em 1917**

Naquele tempo, não existia em São Luís a figura do pre-

feito. Quem a administrava era o intendente, que chegava ao posto não pelas mãos de governadores, mas pela vontade do povo que o elegeu para cumprir um mandato de três anos, começado a 1º de janeiro de 1916 e acabado a 31 de dezembro de 1918.

O intendente de São Luís era o brilhante advogado, Clodomir Cardoso, que promoveu mudanças significativas na estrutura urbanística da cidade. Por lei, obrigou os moradores ao uso de cimento na construção de calçadas. O ponto alto de sua administração: a inauguração da luz elétrica.

Naquele ano, a capital do Maranhão se diferenciava das demais brasileiras por uma singularidade: a marcante presença da cultura na sociedade, que se orgulhava de ser Atenas Brasileira, título conquistado a partir do século XVIII, pela excelente qualidade de seus poetas e prosadores.

Fervilhava na cidade um elenco de instituições culturais, capitaneada pela Academia Maranhense de Letras, que articulavam movimentos literários e eventos artísticos e culturais, ações essas que resultaram no despontar de intelectuais da estirpe de Antônio Lobo, Maranhão Sobrinho, Domingos Barbosa, Nascimento Moraes, Viriato Corrêa, Vespasiano Ramos, Corrêa de Araújo e Humberto de Campos, nomes de valor, que se projetaram no cenário nacional.

Em meio a essa formidável onda cultural, o Maranhão ganha em 1917 dois nomes que anos depois se transformam em ícones da intelectualidade brasileira. A 21 agosto, nasce em São Luís, Josué Montello; a 10 de outubro, nasce em Nova York, Neiva Moreira.



Roseana Sarney mostrou mais uma vez que sabe cantar e fez coro com as cantoras Ivone e Adriana, do Bicho Terra

# RÉVEILLON

## *no Calhau foi a mais bela festa do dia 31*

**P**ara saudar 2017, a ex-governadora Roseana Sarney decidiu fazer uma festa de arromba, na casa da família, no Calhau. E conseguiu pontuar positivamente todos os quesitos da noite – decoração colorida de Carminha Cabral,

serviço de buffet da melhor qualidade a cargo de suas tradicionais quituteiras, lista de convidados coordenada por Teresa Martins e música excelente a cargo de Mano Borges e sua Banda e do Bicho Terra, que contaram ainda com a participação da anfitriã, que

recebia os convidados ao lado do marido Jorge Murad. Na hora da passagem de ano, o presidente José Sarney leu trechos da bíblia e disse palavras de otimismo e de crença num Maranhão e num Brasil melhores em 2017. Lá fora, os fogos iluminavam céu e mar.



Claudete e Roberto Brandão



Dona Marly (foi muito elogiada na última edição da revista Veja, por seu correto e elegante comportamento quando Primeira Dama do País) e o presidente José Sarney com Tiana e Clorisval Gomes Pereira



Samira Murad e Teresa Murad Sarney com Graça Soares Amorim e Roseana Sarney



Desembargadora Nelma e Ronald Sarney



Amaro Santana Leite e Ana Lúcia

# Caldas Furtado quer modernizar TCE e agilizar apreciação de contas

Presidente eleito em dezembro do ano passado é servidor público de carreira do TCE e o primeiro concursado a chegar ao comando do tribunal; ele comandará a Corte de Contas maranhense durante o biênio 2017/2018

**RONALDO ROCHA**  
Da editoria de Política

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão, conselheiro José Ribamar Caldas Furtado, afirmou a **O Estado**, em entrevista exclusiva, que pretende modernizar o tribunal e agilizar a tramitação e apreciação de processos.

Eleito em dezembro do ano passado para o biênio 2017/2018, Furtado apresentou um Plano de Ação que integra cerca de 30 projetos.

Os projetos têm por objetivo, entre outros, motivar todo o quadro funcional do TCE para ações proativas; valorizar o servidor público; buscar relação institucional do órgão com o Poder Judiciário, os demais poderes constituídos e todos os agentes que atuam no controle e fiscalização da gestão pública; aproximar o tribunal da sociedade e dar celeridade à tramitação de processos.

## Presidente quer TCE ocupado com questões fortes

## Tribunal vai se aproximar da sociedade

O presidente da Corte de Contas revelou que tem buscado modelos de ações já utilizados por outros tribunais de contas do país. Ele também revelou que os próprios servidores quem ficarão responsáveis pelos projetos em execução.

“Para cada projeto temos um líder.



Binê Moraes

Conselheiro Caldas Furtado tem projetos para fortalecer e modernizar o tribunal em sua gestão no TCE

“Ao contrário do que se possa imaginar, nossa meta é diminuir o número de contas desaprovadas. Se chegarmos a tempo na gestão pública, dá para corrigir as falhas”

**CALDAS FURTADO**  
presidente do TCE-MA

E esse líder eu digo que é a autoridade em relação aquele projeto. Nós designamos um auditor para ser o articulador de todos esses projetos - que se entrelaçam -, mas temos um responsável direto por cada ação. Esse líder tem um objetivo a alcançar, precisa mostrar as estratégias, estabelecer prazos e apresentar os resultados”, disse.

### Ação continuada

Caldas Furtado afirmou que uma das ações, especificamente, tem por objetivo dar celeridade aos processos de contas. “A celeridade envolve muitas ações. Primeiro temos de segregar os processos. Dar um tratamento diferenciado para os processos que estão no tribunal há mais de 10 anos,

por exemplo, para aqueles que estão tramitando no tribunal e para aqueles que chegaram, mas que ainda não começaram a tramitar. Vamos trabalhar matriz de risco, a partir da criação de um setor de informações estratégicas; vamos estimular o controle social pela transparência; dar prioridade para denúncias e representações e vamos fazer as inspeções e auditorias no decorrer do exercício financeiro”, disse.

“Então, pretendemos que o gestor que não tiver fato relevante e não cair em nenhuma dessas ‘malhas’, por assim dizer, possa ter suas contas aprovadas no primeiro momento, de forma que possamos gastar energia com as questões mais complicadas”, enfatizou.

## PRIMEIRO CASO

### Conselheiro é de carreira no TCE

O conselheiro José Ribamar Caldas Furtado foi eleito presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) por unanimidade, em dezembro do ano passado. Ele tem 56 anos de idade e é o primeiro conselheiro egresso do quadro técnico de servidores do tribunal que conseguiu chegar ao comando da Mesa Diretora. Ele assumiu o cargo de auditor substituto em 1988, por meio de concurso público. Em 2002 assumiu a condição de conselheiro de contas por merecimento.

### Reforma

Para implementar a ação, segundo Caldas Furtado, é necessário, contudo, que haja uma reforma da Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Ele afirmou que o colegiado já começou a discutir o tema, e depois de elaborado o projeto de lei, encaminhará para a Assembleia Legislativa.

“Há hoje um emaranhado de recursos, o que está deixando o processo de contas completamente trancado”, salientou. O presidente do TCE informou que um processo de contas de gestão pode chegar ao plenário seis vezes e um processo de contas de governo pode chegar até quatro vezes ao plenário. Por isso o engessamento na tramitação.

## Furtado quer diálogo com o Poder Judiciário

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão, José Ribamar Caldas Furtado, afirmou a **O Estado** que vai buscar diálogo institucional com o Poder Judiciário.

O objetivo, segundo Furtado, é corrigir eventuais falhas do Tribunal de Contas, em processos que em seguida sofrem intervenção da Justiça Estadual.

“Existe uma ação direcionada a uma interlocução com o Poder Judiciário. O estado do Maranhão é onde há o maior índice de decisões [da Corte de Contas] anuladas ou suspensas [pela Justiça]. Essa é uma questão que nós precisamos discutir e verificar onde está o gargalo. Se for no procedimento do TCE, o TCE corrige. O que não pode é um órgão estatal, pago pelo contribuinte, apresentar um produto e o outro órgão, que também é pago pelo contribuinte, desconstituir”, explicou.

### Ponto de vista

Furtado afirmou que a Corte de Contas está disposta a corrigir o aspecto em que o Tribunal de Contas está falhando, tomando como base o ponto de vista do Poder Judiciário.

“Estamos abrindo o diálogo. Já fizemos contato com a corregedoria do Tribunal de Justiça para que possamos discutir”, finalizou. ●

Situação preocupante

# **Déficit no sistema carcerário é de 6,5 mil vagas no Maranhão**

Dados do TJ apontam superlotação nas unidades prisionais e existência de presos cumprindo pena em delegacias. **POLÍCIA 6**

# Déficit no sistema carcerário maranhense é de 6.549 vagas

Números divulgados pelo TJ-MA mostram superlotação nas unidades prisionais e a existência de presos cumprindo pena em delegacias; situação mais crítica é na UPR 2, com 739 presos para apenas 400 vagas

LEANDRO SANTOS  
Da editoria de Polícia

O déficit de vagas no sistema carcerário maranhense é de 6.549, conforme mostram os dados mais recentes divulgados pela Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão. De acordo com as estatísticas mais atuais, existem 12.082 detentos no estado, com apenas 5.533 vagas para comportar esse contingente.

A superlotação nas unidades prisionais é um problema antigo, que ainda carece de uma solução definitiva para resolvê-lo. Um reflexo dessa situação é a má acomodação dos presos dentro das celas e as brigas entre integrantes de facções rivais, que muitas vezes deixam mortos nas unidades.

## Estatísticas

Ao todo, a quantidade de presos no Maranhão, de acordo com a UMF, é de 12.082, somando os detentos que estão em unidades prisionais (9.257) e aqueles que cumprem pena em regime aberto (2.825).

Desses 12.082 presos do Maranhão, 7.075 são condenados pela Justiça, e estão cumprindo pena nos regimes aberto, semiaberto e fechado, enquanto que 5.007 são presos provisórios, ou seja, aqueles que ainda aguardam um julgamento.

As estatísticas mostram também que 4.124 presos estão em unidades prisionais na capital maranhense e 3.727 estão localizados no interior do estado. Além disso, 276 presos estão nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac's), 2.825 cumprem pena em regime aberto e 1.130 estão em delegacias de polícia, o que não é permitido.

## São Luís

Na capital maranhense, existem 13 unidades prisionais (Unidade Prisional de Ressocialização – UPR – 1, 2, 3, 4, 5 e 6; as UPRs Femininas



Complexo Penitenciário de Pedrinhas que abriga uma população carcerária superior ao número de vagas

do Monte Castelo, Olho d'Água e Anil; o Centro de Triagem; a Penitenciária Regional de São Luís, e a Casa de Assistência ao Albergado e Egresso - Caae). Somando todas essas unidades, existem 4.124 presos. No entanto, a quantidade de vagas é de 2.789. Ou seja, um déficit de 1.335 vagas.

Ainda na capital maranhense, 2.065 são presos provisórios. Além disso, há 2.059 sentenciados, dos quais 1.112 estão em regime fechado; 775 em regime semiaberto, e 172 em regime aberto.

De todas as unidades prisionais da cidade, a que se encontra em pior situação em termos de superlotação é a UPR 2 (antiga Casa de Detenção – Cadet). No local, estão 739 presos para apenas 400 vagas. A maioria dessa população carcerária na unidade é formada por presos provisórios, ou seja, os que ainda aguardam julgamento, que é de 445. Outros 224 estão cumprindo a pena em regime fechado e 70, em regime semiaberto.

Já no interior do estado, a UPR de Timon é a que apresenta a pior situação em termos de falta de vagas. Existem 477 presos para apenas 168 vagas. São 198 presos provisórios, 163 cumprindo a pena em regime fechado e 116 em regime semiaberto.

## Delegacia

O relatório do Tribunal de Justiça também mostra a situação dos presos que estão em delegacias, o que não é permitido. Atualmente existem 1.130 presos cumprindo pena nesses estabelecimentos, dos quais 190 são provisórios e 940 já foram condenados pela Justiça.

A 8ª Delegacia Regional de Zé Doca é responsável 19 delegacias e dessas 11 estão com detentos (Amapá do Maranhão, Boa Vista do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro Novo, Godofredo Viana, Junco do Maranhão, Luís Domingues, Governador Nunes Freire, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca), totalizando 197 detentos.

Já a 5ª Delegacia Regional de Pinheiro é responsável por 22 distritos policiais, dos quais 11 (Alcântara, Apicum-Açú, Bacuri, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Peri Mirim, Pinheiro, Santa Helena, São Bento e Turiaçu) estão com presos, totalizando 192 detentos.

## População

Desde o ano de 2013, a população carcerária maranhense vem aumentando. Em 2013, eram 5.564 e, no ano seguinte, esse número saltou para 6.538. Já em 2015, de acordo com os dados do TJ-MA, a quantidade de presos no estado era de 7.973.

Ainda em 2015, a taxa de encarceramento foi de 115,5%. Isso implica dizer que, naquele ano, quando a população maranhense era de 6.904.241, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para cada 100 mil habitantes havia 115 preso nas unidades prisionais.

Arquivo

## NÚMEROS

# 12.082

É a população carcerária do Maranhão, dividida em 4.124 em São Luís, 3.727 no interior, 276 nas Apacs, 1.130 em delegacias e 2.825 em regime aberto

# 5.533

Vagas existem no sistema carcerário maranhense, sendo 2.789 nas unidades prisionais de São Luís, 2.316 vagas nas unidades prisionais no interior e 428 nas Apacs

# 4.124

Presos estão em São Luís para 2.789 vagas; são 2.065 presos provisórios, 1.112 no regime fechado, 775 no regime semiaberto e 172 no regime aberto

# 3.727

Presos estão no interior para 2.316 vagas; são 2.002 presos provisórios, 1.078 presos no regime fechado, 627 presos no regime semiaberto e 20 no regime aberto

# 1.130

Presos estão em delegacias no interior, sendo 940 provisórios e 190 são condenados, segundo dados divulgados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão

## Para SMDH, superlotação em Pedrinhas é preocupante

Na avaliação do assessor jurídico da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Antônio Pedrosa, a superlotação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, é preocupante. Segundo ele, a situação se reflete principalmente na segurança pública de todo o estado. Como exemplo, ele citou os últimos ataques registrados contra ônibus do sistema de transporte coletivo da cidade no ano passado, cujas ordens vieram de dentro de Pedrinhas. “É uma situação preocupante, principalmente para nós, que estamos aqui fora”, disse.

A superlotação do complexo já foi constatada durante vistorias realizadas dentro das unidades prisionais. Segundo ele, a situação melhorou, no que diz respeito, por exemplo, à existência de presos provisórios nas celas, mas ainda é necessária atenção, principalmente com relação à infraestrutura das unidades causada pela grande quantidade de presos.

“As unidades ainda estão superlotadas. As celas são verdadeiras pocilgas na maior parte das unidades prisionais” frisou. Ainda em sua avaliação, a superlotação contribui para dificultar o processo de ressocialização do detento.

Para ele, também é necessária a abertura de novas vagas dentro do sistema penitenciário e mais celeridade no julgamento dos processos dos detentos para diminuir a quantidade de presos provisórios dentro das unidades em São Luís e no interior.

## BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



### Multidão encarcerada (1)

Segundo dados da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, relativos a novembro de 2016, no Maranhão, há um total de 12.082 presos. Desses, 4.124 em unidades prisionais da capital, 3.727 em unidades do interior, 276 em Apacs e 1.130 em delegacias do Estado, além de 2.825 no regime aberto.

### Multidão encarcerada (2)

O levantamento foi levado pelo presidente da Corte, desembargador Cleones Cunha, à reunião em Manaus, ocorrida quinta-feira, com a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. São 5.007 presos provisórios e 7.075 definitivos, já em cumprimento de pena. O encontro teve como tema a rebelião sangrenta de Manaus.



**A questão não se resolve agora  
com construção de presídios**

Do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **Gilmar Mendes** criticando as medidas anunciadas por Michel Temer e pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, de construir mais penitenciárias, depois do massacre de Manaus, com a morte de 60 detentos em presídios do Amazonas.

## **Acusado de matar irmão é colocado em liberdade**

Paulino da Silva, de 42 anos, que matou o próprio irmão João Barbosa Silva Neto, de 29 anos, na última quarta-feira (4), foi liberado pela Justiça nessa sexta-feira. A liberação aconteceu durante Audiência de Custódia, realizada dois dias após o crime. A decisão foi da juíza em exercício de plantão da 3ª Vara Criminal de Imperatriz, Ana Lucrécia. A juíza determinou o uso de tornozeleira eletrônica. Na interpretação de Ana Lucrécia, Paulino não representa ameaça ao processo de investigação, já que entregou a arma do crime e não apresentou resistência à prisão. Paulino é acusado de ter matado o irmão com uma facada, durante uma briga na avenida Santa Teresa. Ele ainda tentou fugir, mas acabou sendo preso minutos depois. Durante a prisão, entregou a arma do crime e confessou, visivelmente abalado, a autoria do assassinato. A juíza Ana Lucrécia informou que Paulino não possui antecedentes criminais e que nos autos do processo não consta qualquer registro de violência. Com a medida, Paulino vai responder pelo crime em liberdade, mas será monitorado por tornozeleira eletrônica, e está proibido de sair de Imperatriz, dentre outras restrições impostas pela Justiça.

## **CGJ-MA apresenta balanço de 2016**

A Corregedoria Geral da Justiça cumpriu todo o cronograma de correições e inspeções programadas para o ano de 2016. O trabalho de fiscalização das varas e juizados especiais foi executado pelos juízes auxiliares com o apoio dos servidores. O balanço das atividades do primeiro ano da atual gestão foi feito pela Coordenação das Serventias Extrajudiciais. As correições foram contabilizadas em 82 unidades, sendo 67 unidades na modalidade presencial, abrangendo as comarcas do interior do Estado e capital e 15 unidades na modalidade virtual. Essa modalidade foi implantada pela atual gestão da corregedora Anildes Cruz, a partir do ano de 2016, tendo sido realizada, até o momento, apenas em São Luís. As inspeções foram realizadas no período de julho a dezembro de 2016 totalizando 17 serventias extrajudiciais, sendo sete na capital e dez no interior do Estado. As correições e inspeções nas serventias judiciais foram presididas pelos juízes auxiliares José Américo Abreu Costa, Rosângela Prazeres Macieira, Rosária de Fátima Duarte e Márcia Chaves. Nas inspeções das serventias extrajudiciais, atuou a juíza auxiliar Sara Gama.